

# ***Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas***

*Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2010 e  
Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas  
Cascavel - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Outros assuntos**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é opcional de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de março de 2011



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ismar de Moura  
Contador  
CRC nº 1 SP 179631/O-2 S/PR

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E EM 1º DE JAN  
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.532	4.761	4.111
Clientes	6	5.298	3.794	2.690
Impostos a recuperar		430	-	12
Despesas antecipadas	7	414	83	92
Outros créditos		127	205	372
Total do ativo circulante		<u>19.801</u>	<u>8.843</u>	<u>8.231</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.a	38.796	32.379	26.359
Despesas antecipadas	7	440	-	-
Depósitos judiciais	8	843	835	1.491
Outros créditos		-	-	388
Imobilizado	9	11.325	10.659	10.825
Intangível	10	<u>417.401</u>	<u>77.600</u>	<u>82.736</u>
Total do ativo não circulante		<u>468.805</u>	<u>121.473</u>	<u>121.799</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><b>488.606</b></u>	<u><b>130.316</b></u>	<u><b>130.030</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido básico por ação)

	Nota explicativa	31/12/2010	31/12/2009
RECEITA LÍQUIDA	18	164.077	135.679
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	19	(79.690)	(69.369)
LUCRO BRUTO		<u>84.387</u>	<u>66.310</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Pessoal	19	(5.267)	(6.393)
Despesas gerais e administrativas	19	(15.274)	(16.366)
Outras receitas, líquidas		<u>226</u>	<u>258</u>
		(20.315)	(22.501)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>64.072</u>	<u>43.809</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	1.799	467
Despesas financeiras	20	<u>(16.220)</u>	<u>(14.169)</u>
		(14.421)	(13.702)
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>49.651</u>	<u>30.107</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	11.b	(23.113)	(15.482)
Diferidos	11.b	<u>6.416</u>	<u>6.005</u>
		(16.697)	(9.477)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>32.954</u>	<u>20.630</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO		<u>0,79</u>	<u>0,49</u>

Resultados abrangentes:

A Companhia não possui transações que requeiram a apresentação da demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009**

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
			Legal	Dividendos		
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2009		41.849	3.786	-	(49.350)	(3.715)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	20.630	20.630
Destinação do lucro:						
Reserva legal	17.b	-	1.555	-	(1.555)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$0,07 por ação)	17.c	-	-	-	(2.795)	(2.795)
Dividendos intermediários (R\$0,53 por ação)	17.c	-	-	-	(22.267)	(22.267)
Dividendos propostos (R\$0,11 por ação)	17.c	-	-	4.477	(4.477)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		41.849	5.341	4.477	(59.814)	(8.147)
Aumento de capital	17.a	249.619	-	-	-	249.619
Lucro líquido do exercício		-	-	-	32.954	32.954
Destinação do lucro:						
Juros sobre o capital próprio (R\$0,06 por ação)	17.c	-	-	-	(1.171)	(1.171)
Dividendos distribuídos (R\$0,11 por ação)	17.c	-	-	(4.477)	-	(4.477)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		291.468	5.341	-	(28.031)	268.778

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS**

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009  
(Em milhares de reais - R\$)**

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	49.651	30.107
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	13.408	6.874
Baixa do ativo imobilizado	66	359
Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e atualização monetária	655	1.576
Encargos financeiros e variação cambial sobre empréstimos	4.864	5.557
Realização do ajuste a valor presente da provisão para manutenção	7.457	7.657
Constituição para provisão para manutenção, líquida	(4.156)	(7.888)
Impostos diferidos	(6.416)	(6.005)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	(1.504)	(1.098)
Empresas relacionadas	-	428
Impostos a recuperar	(430)	121
Despesas antecipadas	(771)	841
Depósitos judiciais	(8)	656
Outros créditos	78	170
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(303)	625
Obrigações sociais	29	198
Impostos, taxas e contribuições a recolher	325	15
Outras contas a pagar	598	859
Juros pagos	(5.196)	(5.146)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(17.302)	(9.229)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>41.045</u>	<u>26.677</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de imobilizado	(2.794)	(1.453)
Aquisição de intangível	(351.147)	(478)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(353.941)</u>	<u>(1.931)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Empresas relacionadas	103.457	-
Captação de empréstimos - terceiros	20.757	7.000
Pagamento de empréstimos	(47.111)	-
Aumento de capital	249.619	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(5.055)	(31.102)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>321.667</u>	<u>(24.102)</u>
<b>AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>8.771</u>	<u>644</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.761	4.117
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	13.532	4.761
<b>AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>8.771</u>	<u>644</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - EÇOCATARATAS**

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009  
(Em milhares de reais - R\$)**

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
RECEITAS		
Com arrecadação de pedágio	173.100	143.174
Com construção	929	351
Outras receitas	<u>5.672</u>	<u>5.480</u>
	<u>179.701</u>	<u>149.005</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos ICMS, IPI, PIS e Cofins)		
Custo dos serviços prestados	(58.506)	(34.461)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>(15.274)</u>	<u>(18.169)</u>
	<u>(73.780)</u>	<u>(52.630)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>105.921</u>	<u>96.375</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(13.408)	(6.874)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>92.513</u>	<u>89.501</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	1.799	467
Outras	<u>225</u>	<u>297</u>
	<u>2.024</u>	<u>764</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>94.537</u>	<u>90.265</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>94.537</u>	<u>90.265</u>
Pessoal	<u>12.863</u>	<u>12.684</u>
Remuneração direta	10.286	8.310
Benefícios	2.082	3.805
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	495	569
Impostos, taxas e contribuições	<u>32.369</u>	<u>28.333</u>
Federais	23.586	20.738
Municipais	8.783	7.595
Remuneração de capitais de terceiros	<u>16.220</u>	<u>7.690</u>
Juros	4.864	5.557
Aluguéis	-	1.151
Outras	11.356	982
Remuneração de capitais próprios	<u>33.085</u>	<u>41.558</u>
Juros sobre o capital próprio	1.171	2.795
Dividendos	-	22.267
Lucro do exercício retido	<u>31.914</u>	<u>16.496</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (“Ecocataratas” ou “Companhia”), constituída em 3 de novembro de 1997, tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da concorrência pública internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná à Companhia, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórias e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. Com relação a esse contrato de concessão, diversos aspectos estão sendo discutidos, inclusive judicialmente desde o final do ano 2002, pela Administração da Companhia e pelo Governo do Estado do Paraná.

Conforme definido em contrato, no caso da extinção da concessão haverá a imediata assunção dos serviços pelo Poder Concedente com a ocupação das instalações e a utilização de todos os bens reversíveis. Não são previstas indenizações ao término da concessão.

O prazo de duração da Companhia é indeterminado, mas estender-se-á, no mínimo, pela vigência de 24 anos da concessão (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021).

Em 7 de fevereiro de 2008, a Ecocataratas teve seu controle acionário adquirido pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., com transferência de 100% das ações representativas do capital social.

Em 26 de agosto de 2009, os acionistas aprovaram a transferência do controle acionário da Ecocataratas para a EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“EcoRodovias Concessões”), considerando os saldos contábeis de 31 de julho de 2009.

Em razão da operação descrita na nota explicativa nº 17.a), a Companhia passou a ser controlada diretamente pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

## 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as práticas contábeis adotadas no Brasil incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

### 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40.

### 2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia.

### 2.4. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinado na data do reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, a Companhia possuía instrumentos financeiros ativos classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado.

#### a) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de empréstimos e recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras, e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa a Companhia considera e avalia os instrumentos cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

b) Aplicações financeiras

- Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

- Aplicações financeiras mantidas para negociação

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

c) Deterioração de instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos ("impairment"). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

## 2.5. Imobilizado

Os terrenos não são depreciados. As edificações, os móveis e utensílios e os equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A Companhia não optou pela adoção da prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado e utilização da prática do “custo atribuído” (“deemed cost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 da interpretação técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento.

## 2.6. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

## 2.7. Provisão para recuperação de ativos de longa vida com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente os ativos imobilizado e intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda; e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.



## 2.8. Passivos financeiros

- Instrumentos financeiros passivos não derivativos

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores, arrendamento mercantil financeiro, empréstimos e financiamentos. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável, serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

## 2.9. Arrendamento mercantil financeiro

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

## 2.10. Tributação

### a) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Em virtude da aplicação do Regime Tributário de Transição - RTT, não existem efeitos registrados nos impostos correntes.

### b) Impostos diferidos

O imposto de renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal, e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Os tributos PIS e Cofins são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado e o ISS é apresentado como dedução dos custos e serviços.

#### 2.11. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

##### a) Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos consultores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 16.

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída, tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias, conforme base histórica de perda.

2.12. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

2.13. Reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio, e as receitas de logística são reconhecidas quando da utilização do pátio pelos caminhões e quando da movimentação, da armazenagem e dos reparos de contêineres vazios.
- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. A receita de operação e o serviço são reconhecidos no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando o Grupo presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

2.14. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 20.

2.15. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendo adicional proposto”, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 17.c).

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

#### 2.16. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da referida demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

#### 2.17. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas, e ainda não adotadas

Diversas normas que emendam as normas e interpretações das IFRSs emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as quais são como segue:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.
- Modificações à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - transferências de ativos financeiros (equivalente ao CPC 40) aumentam as exigências de divulgação de transações envolvendo transferências de ativos financeiros.
- Modificações à IAS 32 - Classificação de Direitos (equivalente ao CPC 39) abordam a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro. Modificação à IAS 12 sobre impostos diferidos (recuperação dos ativos subjacentes): em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IAS 12 - "Income Taxes" denominada "Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets". A IAS 12 requer que uma empresa mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo se a empresa espera recuperar o valor contábil do ativo através do uso ou da venda.



- Modificação à IFRS 1 sobre a eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs: em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação à IFRS 1 - “First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - IFRSs” que trata da eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs. O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Administração da Companhia entende que a aplicação de certos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

### 3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

#### Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro, e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. O tratamento contábil para o contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na nota explicativa nº 27.

### Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo intangível com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

### Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente ocorre em virtude da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, Índice de Preços ao Consumidor - IPC), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços e índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo de soja e fertilizantes no porte de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês e dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas e novas praças de pedágio). A Companhia utiliza mais de 50 modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente de realização de obras futuras.

### Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas a responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, e Empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

### Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

### Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente, levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada através do método de projeção de fluxos de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente a respectivas obrigações e descontados através da aplicação da taxa de desconto que varia entre 9,62% e 11,56% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está na média ponderada das captações do período.

### Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo ("impairment" ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada ao resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nessas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. A Companhia não identificou situações que requerem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

## 4. EFEITOS DA ADOÇÃO DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC

Na preparação das suas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todos os pronunciamentos técnicos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia aplicou as práticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no pronunciamento técnico CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40.

As conciliações para as práticas contábeis anteriores estão demonstradas como segue:

Balanços patrimoniais

		Em 01/01/2009 (data de transição)			Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
Contas	Item	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP reapresentado	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP reapresentado
ATIVO							
Ativo circulante:							
Caixa e equivalentes de caixa		4.117	-	4.117	4.761	-	4.761
Clientes		2.696	-	2.696	3.794	-	3.794
Impostos a recuperar		121	-	121	-	-	-
Despesas antecipadas		924	-	924	83	-	83
Outros créditos		374	-	373	204	-	205
Total do ativo circulante		<u>8.232</u>	<u>-</u>	<u>8.231</u>	<u>8.842</u>	<u>-</u>	<u>8.843</u>
Ativo não circulante:							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(a)	936	25.423	26.359	1.566	30.813	32.379
Depósitos judiciais	(b)	-	1.491	1.491	724	112	835
Outros créditos		388	-	388			
Imobilizado	(a)	93.239	(82.414)	10.825	104.153	(93.494)	10.659
Intangível	(a)	<u>321</u>	<u>82.414</u>	<u>82.736</u>	<u>192</u>	<u>77.408</u>	<u>77.600</u>
Total do ativo não circulante		94.884	26.914	121.799	106.635	14.839	121.473
TOTAL DO ATIVO		<u>103.116</u>	<u>26.914</u>	<u>130.030</u>	<u>115.477</u>	<u>14.839</u>	<u>130.316</u>



Contas	Item	Em 01/01/2009 (data de transição)			Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
		BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP reapresentado	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP reapresentado
PASSIVO							
Passivo circulante:							
Fornecedores		3.999	-	3.999	4.624	-	4.624
Empréstimos		40.855	-	40.855	47.624	-	47.624
Impostos, taxas e contribuições a recolher		1.703	-	1.703	1.718	-	1.718
Obrigações sociais		1.545	-	1.545	1.743	-	1.743
Empresas relacionadas		1.216	-	1.216	1.644	-	1.644
Provisão para imposto de renda e contribuição social		76	-	76	585	-	585
Provisão para manutenção	(a)	-	16.301	16.301	-	14.624	14.624
Dividendos a pagar	(c)	6.046	-	6.046	4.477	(4.477)	-
Juros sobre o capital próprio a pagar	(c)	192	-	192	198	-	198
Outras contas a pagar		<u>16</u>	<u>-</u>	<u>16</u>	<u>875</u>	<u>-</u>	<u>875</u>
Total do passivo circulante		<u>55.648</u>	<u>16.301</u>	<u>71.949</u>	<u>63.488</u>	<u>10.147</u>	<u>73.635</u>
Passivo não circulante:							
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(b)	1.511	1.491	3.002	4.467	111	4.578
Provisão para manutenção		-	58.472	58.472	-	59.918	59.918
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>322</u>	<u>-</u>	<u>322</u>	<u>332</u>	<u>-</u>	<u>332</u>
Total do passivo não circulante		<u>1.833</u>	<u>59.963</u>	<u>61.796</u>	<u>4.799</u>	<u>60.029</u>	<u>64.828</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		41.849	-	41.849	41.849	-	41.849
Reserva de lucros - legal		3.786	-	3.786	5.341	-	5.341
Dividendos adicionais propostos	(c)	-	-	-	-	4.477	4.477
Prejuízos acumulados		-	(49.350)	(49.350)	-	(59.814)	(59.814)
Total do patrimônio líquido		<u>45.635</u>	<u>(49.350)</u>	<u>(3.715)</u>	<u>47.190</u>	<u>(55.337)</u>	<u>(8.147)</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
		<u>103.116</u>	<u>26.914</u>	<u>130.030</u>	<u>115.477</u>	<u>14.839</u>	<u>130.316</u>

Patrimônio líquido

Item	Em 01/01/2009 (data de transição)	Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)
Total do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	45.635	47.190
Ajuste: dividendos adicionais propostos (c)	-	4.477
Ajuste: contabilização dos contratos de concessão (a)	(49.350)	(59.814)
Total dos ajustes no patrimônio líquido	(49.350)	(55.337)
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP reapresentado	(3.715)	(8.147)

Demonstração do resultado

		Exercício findo em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
Contas	Item	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP reapresentado
Lucro bruto	(a)	74.508	(8.198)	66.310
Despesas gerais e administrativas		(22.759)	-	(22.759)
Outras receitas, líquidas		258	-	258
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(a)	52.007	(8.198)	43.809
Resultado financeiro	(a)	(6.045)	(7.657)	(13.702)
Lucro antes de impostos	(a)	45.962	(15.855)	30.107
Imposto de renda e contribuição social	(a)	(14.868)	5.391	(9.477)
Lucro do exercício	(a)	<u>31.094</u>	<u>(10.464)</u>	<u>20.630</u>

Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
Item	Resultado antes dos impostos	Resultado do exercício
De acordo com as práticas contábeis anteriores	45.962	31.094
Ajustes da contabilização dos contratos de concessão	(15.855)	-
Impostos diferidos	-	(10.464)
Total dos ajustes ao resultado	(15.855)	-
De acordo com o BR GAAP reapresentado	30.107	20.630

Fluxo de caixa

Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			
Item	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(a) 54.781	(28.104)	26.677
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(a) (30.035)	28.104	(1.931)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(a) e (c) (24.102)	-	(24.102)

Notas às reconciliações

A data de transição definida para fins de preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os pronunciamentos técnicos foi 1º de janeiro de 2009. A Companhia preparou a reconciliação do patrimônio líquido e do resultado refletindo todos os ajustes requeridos pelas normas, sendo as principais, refletidas nos quadros anteriores, as seguintes:

## (a) ICPC 01 - Contratos de Concessão

Refere-se aos ajustes da interpretação técnica ICPC 01, equivalente à interpretação IFRIC 12 - Contratos de Concessão, em que foram considerados o estorno da amortização local, considerando a amortização pela curva de tráfego, o registro da provisão para manutenção das obras, a reclassificação dos itens de concessão para o ativo intangível, o registro da receita de construção e respectivos custos atrelados, bem como os impactos dos impostos sobre tais ajustes.

## (b) Depósitos judiciais

De acordo com os CPCs, os depósitos judiciais são apresentados como um ativo por não atenderem aos requerimentos para compensação entre ativos e passivos.

## (c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Referem-se ao registro dos impostos diferidos sobre os ajustes aplicáveis.

## (d) Dividendos adicionais propostos

De acordo com os CPCs, os dividendos propostos que excederem ao mínimo obrigatório de 25% foram reclassificados para o patrimônio líquido.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Caixa e bancos-			
Em moeda nacional	1.850	2.857	4.117
Aplicações financeiras-			
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (*)	<u>11.682</u>	<u>1.904</u>	<u>-</u>
	<u>13.532</u>	<u>4.761</u>	<u>4.117</u>

(\*) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100,0% e 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata.

## 6. CLIENTES

Representados substancialmente por valores a vencer de pedágio eletrônico, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Pedágio eletrônico	4.235	2.272	1.616
Cupons de pedágio	962	973	139
Outras contas - receitas acessórias	<u>101</u>	<u>549</u>	<u>941</u>
	<u>5.298</u>	<u>3.794</u>	<u>2.696</u>

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

Não há itens vencidos na composição do contas a receber.

## 7. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de R\$854 (R\$83 em 31 de dezembro de 2009 e R\$924 em 1º de janeiro de 2009) é composto substancialmente por prêmios de seguros e aluguel.

## 8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Saldo no início do exercício/período	835	1.491	1.491
Adições	478	302	-
Baixas	(552)	(1.138)	-
Atualização monetária	<u>82</u>	<u>180</u>	<u>-</u>
Saldo no fim do exercício/período	<u>843</u>	<u>835</u>	<u>1.491</u>

## 9. IMOBILIZADO

<u>Imobilizado</u>	<u>Hardware e equipamentos de pedagógico</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Terrenos e edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2009	2.350	1.318	92	4.728	2.337	10.825
Adições	890	32	85	44	402	1.453
Baixas	-	(130)	(4)	-	(152)	(286)
Transferências	1.014	1	(1)	-	(709)	305
Depreciação	<u>(904)</u>	<u>(80)</u>	<u>(18)</u>	<u>(410)</u>	<u>(226)</u>	<u>(1.638)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	3.350	1.141	154	4.362	1.652	10.659
Adições	733	57	181	-	1.823	2.794
Baixas	(12)	(35)	(4)	-	(15)	(66)
Transferências	-	1	13	-	(13)	1
Depreciação	<u>(950)</u>	<u>(185)</u>	<u>(36)</u>	<u>(401)</u>	<u>(491)</u>	<u>(2.063)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>3.121</u>	<u>979</u>	<u>308</u>	<u>3.961</u>	<u>2.956</u>	<u>11.325</u>
Taxas anuais de depreciação - %	<u>20,0</u>	<u>10,0</u>	<u>10,0</u>	<u>4,8</u>	<u>17,7</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos ou de processos de qualquer natureza.



A Administração da Companhia, com base em laudos internos de engenharia, entende que seus ativos permanentes estão registrados próximo ao custo atribuído. Por esse motivo, não se constatou necessidade de reavaliar os valores dos ativos da Companhia, pois estes já estão com seu valor próximo ao valor de mercado.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo.

## 10. INTANGÍVEL

<u>Intangível</u>	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Software de terceiros</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2009	81.167	1.248	310	11	82.736
Adições	327	97	54	-	478
Baixas	-	(73)	-	-	(73)
Transferências	967	(1.272)	-	-	(305)
Amortização	<u>(5.053)</u>	<u>-</u>	<u>(182)</u>	<u>(1)</u>	<u>(5.236)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	77.408	-	182	10	77.600
Adições	351.069	-	78	-	351.147
Transferências	(1)	-	-	-	(1)
Amortização	<u>(11.261)</u>	<u>-</u>	<u>(83)</u>	<u>(1)</u>	<u>(11.345)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>417.215</u>	<u>-</u>	<u>177</u>	<u>9</u>	<u>417.401</u>
Taxas anuais de depreciação - %	(*)	<u>-</u>	<u>20,0</u>	<u>=</u>	

(\*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

## 11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

A Companhia reconheceu os créditos tributários no ativo, referentes à provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, e no passivo, referentes a diferenças temporais pela adoção da Lei nº 11.638/07, e capitalização de juros sobre os empréstimos. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado, ao menos, anualmente. Caso ocorram fatores relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporais serão realizados na proporção da resolução final das provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e dos eventos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	1.779	1.557	1.021
Provisão para manutenção/obras futuras	36.920	30.814	25.423
Juros capitalizados	(332)	(329)	(329)
Outros	<u>97</u>	<u>5</u>	<u>(78)</u>
	<u>38.464</u>	<u>32.047</u>	<u>26.037</u>
Ativo diferido	38.796	32.379	26.359
Passivo diferido	<u>(332)</u>	<u>(332)</u>	<u>(322)</u>
	<u>38.464</u>	<u>32.047</u>	<u>26.037</u>

## b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Varição no:		
Imposto de renda corrente	(16.948)	(11.378)
Imposto de renda diferido	<u>4.777</u>	<u>4.504</u>
	<u>(12.171)</u>	<u>(6.874)</u>
Varição na:		
Contribuição social corrente	(6.165)	(4.104)
Contribuição social diferida	<u>1.639</u>	<u>1.501</u>
	<u>(4.526)</u>	<u>(2.603)</u>

## c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	49.651	30.107
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(16.881)	(10.236)
Juros sobre o capital próprio	398	950
Outros	<u>(214)</u>	<u>(191)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(16.697)</u>	<u>(9.477)</u>

## 12. EMPRÉSTIMOS

<u>Modalidade</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Capital de giro	Real	Abril de 2011	107,5% do CDI	20.338	-	-
Capital de giro	Real	Novembro de 2010	CDI + 1,5%	-	47.624	-
Capital de giro	Real	Novembro de 2009	137% do CDI	-	-	40.855
Circulante				<u>20.338</u>	<u>47.624</u>	<u>40.855</u>

Os empréstimos adquiridos pela Companhia foram destinados para capital de giro e compra de equipamentos operacionais. Esses empréstimos não exigem a manutenção de índices financeiros ("covenants").

Para as operações de empréstimos foram oferecidos avais com garantia de liquidação pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

### 13. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

31/12/2010

Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:

Menos de um ano	168
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>250</u>
	418

Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros

1

Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil

419

Circulante

169

Não circulante

250

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro estão registradas na rubrica "Ativo imobilizado" e apresentam R\$419 em 31 de dezembro de 2010.

### 14. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de empresas a eles ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultorias.

As transações dos exercícios e os saldos correspondentes são demonstrados a seguir:

<u>Companhia</u>	<u>Natureza</u>	<u>Ativo não circulante</u> <u>Imobilizado</u>	<u>Passivo circulante</u> <u>Contas a pagar</u>
CBB Ind. e Com. de Asfaltos e Eng. Ltda.	Outras empresas relacionadas	4.579	245
TB Transportadora Betumes Ltda.	Outras empresas relacionadas	-	34
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	Coligada	<u>-</u>	<u>104.822</u>
Total em 31 de dezembro de 2010		<u>4.579</u>	<u>105.101</u>
Total em 31 de dezembro de 2009		<u>-</u>	<u>1.644</u>
Total em 1º de janeiro de 2009		<u>-</u>	<u>1.216</u>

O valor de R\$104.822 refere-se a contrato de mútuo com a EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.; o mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação do CDI, acrescido de juros de 1,20% ao ano.

#### Demonstração do resultado

<u>Companhia</u>	<u>Natureza</u>	<u>Custo dos serviços prestados</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	Coligada	<u>5.352</u>	<u>15.192</u>
Total em 31 de dezembro de 2010		<u>5.352</u>	<u>15.192</u>
Total em 31 de dezembro de 2009		<u>9.867</u>	<u>10.725</u>
Total em 1º de janeiro de 2009		<u>5.994</u>	<u>8.003</u>

#### Remuneração dos administradores

Os administradores têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia em R\$688.

A Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Ordinária - AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano 2011, para, entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2011. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para o valor de R\$730, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A diferença entre o valor aprovado e o valor efetivamente pago ocorreu em virtude do pagamento de remuneração adicional de performance devido à assistência ao incremento na governança corporativa no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

A remuneração paga aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Salários e ordenados	439	458
Benefícios diretos e indiretos	<u>291</u>	<u>199</u>
	<u>730</u>	<u>657</u>

## 15. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como "Provisão para manutenção" referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente com a taxa de 10,44% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem em um período de quatro anos.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo é de R\$77.843 (R\$74.542 em 31 de dezembro de 2009).

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Constituição da provisão para manutenção e ajuste a valor presente	107.703	102.025	101.322
Ajuste a valor presente - realizações	<u>(29.860)</u>	<u>(27.483)</u>	<u>(26.549)</u>
	<u>77.843</u>	<u>74.542</u>	<u>74.773</u>
Circulante	<u>11.498</u>	<u>14.624</u>	<u>16.301</u>
Não circulante	<u>66.345</u>	<u>59.918</u>	<u>58.472</u>

## 16. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis com base na opinião dos consultores legais da Companhia.

O saldo da provisão é o seguinte:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Cível (a)	2.821	1.924	1.866
Trabalhista (b)	2.412	1.832	611
Tributária	<u>-</u>	<u>822</u>	<u>525</u>
	<u>5.233</u>	<u>4.578</u>	<u>3.002</u>

Movimentação entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009

<u>Natureza</u>	<u>01/01/2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2009</u>
Cível (a)	1.866	-	(170)	228	1.924
Trabalhista (b)	611	1.233	(93)	81	1.832
Tributária	<u>525</u>	<u>431</u>	<u>(147)</u>	<u>13</u>	<u>822</u>
	<u>3.002</u>	<u>1.664</u>	<u>(410)</u>	<u>322</u>	<u>4.578</u>



Movimentação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2010

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2010</u>
Cível (a)	1.924	1.374	(719)	242	2.821
Trabalhista (b)	1.832	1.235	(845)	190	2.412
Tributária	<u>822</u>	<u>-</u>	<u>(822)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>4.578</u>	<u>2.609</u>	<u>(2.386)</u>	<u>432</u>	<u>5.233</u>

## (a) Processos cíveis

Correspondem a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outras provisões para perdas de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2010, R\$1.356 (R\$1.484 em 31 de dezembro de 2009), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

## (b) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras. Em 31 de dezembro de 2010, existem processos que totalizam R\$6.142 (R\$5.962 em 31 de dezembro de 2009), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

A Companhia possui uma ação de responsabilidade subsidiária referente à reclamação trabalhista contra a Qualix Serviços Ambientais S.A., empresa pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da Companhia). A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas, sendo o valor da condenação atualizado em 31 de dezembro de 2010 de R\$5.192 (R\$5.000 em 31 de dezembro de 2009). Por força do contrato de compra e venda celebrado entre Sideco S.A. e a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda. Os consultores legais e a Administração avaliam a causa como perda possível, razão pela qual não foi constituída provisão.

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social é de R\$291.468 (R\$41.849 em 31 de dezembro de 2009), representado por 291.468.261 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 29 de dezembro de 2010, foi aprovada pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da EcoRodovias Concessões e da Companhia a cisão parcial da EcoRodovias Concessões, com a consequente incorporação do patrimônio líquido cindido pela Companhia e, consequentemente, a incorporação do acervo líquido cindido, celebrado na mesma data entre a EcoRodovias Concessões, a Companhia e a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., como interveniente-anuente. O valor contábil do patrimônio líquido da EcoRodovias Concessões cindido e vertido para a Companhia foi avaliado em R\$249.619, observada a dedução do conjunto de ações da Companhia no valor de R\$23.168, anteriormente detidas pela EcoRodovias Concessões.

## b) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

## c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio, limitados à variação "pro rata" dia da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP vigente no exercício no valor de R\$1.171 (R\$176 de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF), os quais foram contabilizados como "Despesas financeiras" e estão demonstrados como distribuição de dividendos, não sendo apresentados, entretanto, nas demonstrações do resultado, visando não produzir efeito no lucro líquido, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica "Imposto de renda e contribuição social".

A Companhia efetuou pagamento de dividendos, que totalizam R\$4.477 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, referentes a dividendos propostos do exercício de 2009.

Em 31 de dezembro de 2010, o montante de juros sobre o capital próprio a pagar é de R\$791.

## 18. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	121.565	109.982
Pedágio por equipamento eletrônico	37.185	22.038
Pedágio em cupons e vale-pedágio	12.423	11.154
Outras	<u>1.927</u>	<u>-</u>
	173.100	143.174
Receita de construção	929	351
Receitas acessórias (*)	5.672	5.480
Receita bruta	<u>179.701</u>	<u>149.005</u>
Deduções de receita	<u>(15.624)</u>	<u>(13.326)</u>
Receita líquida	<u>164.077</u>	<u>135.679</u>

(\*) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.

## 19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Despesas com pessoal	13.043	13.446
Conservação e manutenção	10.677	11.716
Serviços de terceiros (*)	29.636	27.879
Seguros	960	957
Poder Concedente	2.472	2.430
Depreciação e amortização	13.408	7.135
Provisão para manutenção	21.371	20.213
Custos com construção	929	351
Outros	<u>7.735</u>	<u>8.001</u>
	<u>100.231</u>	<u>92.128</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	79.690	69.369
Despesas com pessoal	5.267	6.393
Despesas gerais e administrativas	<u>15.274</u>	<u>16.366</u>
	<u>100.231</u>	<u>92.128</u>

(\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

## 20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	1.707	254
Variação monetária ativa	92	172
Outras	-	41
	<u>1.799</u>	<u>467</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos	(4.864)	(5.557)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	-	(54)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - ICPC 01	(7.457)	(7.657)
Outras	<u>(3.899)</u>	<u>(901)</u>
	<u>(16.220)</u>	<u>(14.169)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(14.421)</u>	<u>(13.702)</u>

Os juros sobre empréstimos são capitalizados conforme critérios definidos pela Deliberação CVM nº 193/96.



## 21. LUCRO POR AÇÃO

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Lucro básico por ação das operações	<u>0,79</u>	<u>0,49</u>

## a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>32.954</u>	<u>20.630</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>41.849</u>	<u>41.849</u>

## b) Lucro básico diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas.

## 22. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a participação nos lucros e resultados foi de R\$761 (R\$572 em 31 de dezembro de 2009), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

## 23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, risco de mercado (incluindo risco de câmbio e de taxa de juros) e risco de crédito e de liquidez, e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

#### Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. São definidos como ativos mantidos para negociação.
- Aplicações financeiras: são formadas por CDB, remuneradas a taxas que variam entre 100,0 a 100, 5% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil financeiro: registrados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos seus valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 12 e nº 13.

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2010 são como segue:

	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:		
Clientes	5.298	5.298
Aplicações financeiras	11.682	11.682
Passivos:		
Arrendamento mercantil financeiro	419	419
Empréstimos	20.338	20.383

#### a) Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, debêntures e notas promissórias de curto e longo prazos.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

#### b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem em clientes.

A Companhia vem aplicando recursos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por empresas de "rating", não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros de caráter especulativo nem em nenhum outro ativo de risco.

## c) Riscos de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

## d) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa suficiente, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

## e) Eventuais expectativas da Companhia de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, a situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. A Companhia monitora constantemente mudanças no cenário político e setorial que possam influenciar nossas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador dos empréstimos contratados pela Companhia:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Empréstimos	Alta do CDI	<u>609</u>	<u>747</u>	<u>933</u>

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

A taxa considerada foi:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (*)	<u>10,64%</u>	<u>13,30%</u>	<u>15,96%</u>

(\*) Refere-se à taxa do CDI em 31 de dezembro de 2010.

A Companhia participa de operações envolvendo os instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias. No entanto, em 31 de dezembro de 2010, não possui operações destinadas a reduzir a exposição a riscos de mercado e taxa de juros. A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

#### 24. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia possui o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia contribuiu com o montante de R\$95 (R\$67 em 31 de dezembro de 2009), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

#### 25. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros, em virtude dos riscos existentes em sua operação, para incêndio, raio, explosão, danos elétricos, despesas extraordinárias, riscos de engenharia e seguros obrigatórios devido ao cumprimento de cláusula específica do contrato de concessão, como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
"All Risks"	Dezembro de 2010 a dezembro de 2011	514.647
"All Risks"	Dezembro de 2010 a dezembro de 2011	190.500
"All Risks"	Dezembro de 2010 a dezembro de 2011	190.500
"All Risks"	Dezembro de 2010 a dezembro de 2011	25.407
Seguro-garantia	Fevereiro de 2010 a fevereiro de 2011	10.765
Equipamentos - frota leve	Julho de 2010 a julho de 2011	Tabela Fipe
Equipamentos - frota pesada	Julho de 2010 a julho de 2011	Tabela Fipe

## 26. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculadas a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a participação nos lucros e resultados foi de R\$761 (R\$572 em 31 de dezembro de 2009), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

## 27. CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Companhia, constituída em 3 de novembro de 1997, tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da concorrência pública internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná à Companhia, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórias e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros.

Nos casos de encampação, o Poder Concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e às avaliações necessários à determinação do montante da indenização que será devida à concessionária, mediante a prévia indenização das parcelas dos investimentos vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços pertinentes à concessão, além de remuneração do capital pelo rompimento antecipado do contrato, calculada com base na proposta da concessionária, através de margem de receita líquida prevista para o prazo restante da concessão. Considerando que a Administração não julga provável a rescisão antecipada, não foi apurado o eventual valor de ressarcimento.

Em 7 de fevereiro de 2008, a Ecocataratas teve seu controle acionário adquirido pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., com transferência de 100% das ações representativas do capital social.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2010, a parcela reajustada é de R\$205.
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
  - 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.



- 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
- 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
- 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao Terminal Turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Receita de construção	929	351
Custos de construção	(929)	(351)
	<u>=</u>	<u>=</u>

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia não possui compromissos futuros; as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

#### Informações adicionais sobre o contrato de concessão

A Companhia faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias (o prazo final da concessão é novembro de 2021). A atual administração do Governo do Estado do Paraná, findo em 31 de dezembro de 2010, busca atingir intento em reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos 2003 a 2009, tentativa de nulidade de aditivos contratuais vigentes e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná, seja por decisões liminares, seja por sentenças ou também por recursos em instância superior. Ou seja, os contratos de concessão não foram atingidos.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2009, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados e estão vigentes, parte deles por meio de liminar confirmada em todas as instâncias, parte já por meio de sentenças de mérito. Houve, ainda, em 2007, a edição de leis estaduais para a concessão de isenções tarifárias para determinadas categorias de usuários das rodovias. Tais leis foram consideradas, em sede de liminar, indevidas em primeira análise, estando atualmente no aguardo de eventuais recursos aos tribunais superiores. A Ecocataratas busca, por meio de ações judiciais na Justiça Federal, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram o contrato de concessão da concessionária, mas que foram omitidos ou não reconhecidos pela atual administração estatal. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos, seja por aumento de tarifa ou redução de obras, seja por aumento no prazo da concessão, ou seja, por compensação pecuniária direta do poder público, podendo ocorrer também a combinação dessas possibilidades.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante a situação patrimonial e financeira e o resultado das operações da Companhia não é provável e que, no momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses.

## 28. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

### a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

### b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

As movimentações que não afetaram o caixa referem-se às transações de integralização de capital, incorporação de empresas e aquisição de equipamentos operacionais, detalhadas nas notas explicativas nº 9 e nº 10.

## 29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2011.

---